

**IMPORTÂNCIA DO ESTUDO
DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ)

RESUMO

O estudo da história interna e externa de uma língua esclarece - no primeiro caso, como o latim, oriundo do indo-europeu e compoendo uma só família com outros dialetos desta mesma origem - como o grego, o sânscrito e as línguas germânicas, evoluiu, no que tange à sua fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, e assumiu a forma portuguesa; no segundo caso, aspectos socioculturais ou sociolingüísticos, o exame o externo de uma língua compreende os fatos políticos, sociais e culturais, observados como interferências lingüísticas ao longo da trajetória histórica do português.

Palavras-chave:

História do vocabulário; Contato lingüístico; Influência cultural; Estilo brasileiro

INTRODUÇÃO

O indo-europeu é uma grande família lingüística que só foi percebida a partir do método comparativo, que ficou definido cientificamente a partir de Franz Bopp com a obra *Sobre o Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o do grego, latim, persa e alemão*, em 1816.

Um dos termos adotados, por esta ocasião, foi o de evolução lingüística para indicar o processamento de mudanças históricas graduais que ocorreram do latim ao português, ou seja, de uma expressão sintética latina ao aspecto analítico ou de locução lingüística do português. Historicamente, primeiro houve a redução dos casos do indo-europeu ao latim. Depois, houve um conjunto de mudanças estruturais no campo fonético, morfológico, sintático e semântico do latim ao português.

Deixaremos de parte estes aspectos da história interna da língua portuguesa e abordaremos apenas história externa da língua portuguesa, no entanto, sem esgotar.

Na trajetória da expansão imperialista de Roma, o latim veio a se fixar em vários pontos do mundo e, no mínimo, a sua influência se deu como empréstimos, como ocorreu com o inglês que contém

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cerca de 60% de seu vocabulário com expressões provenientes do latim. Mas nem por essa razão se poderia afirmar que o inglês é oriundo do latim. Não é. Podemos afirmar que o inglês, que é do ramo germânico, pertence à mesma família do latim, que é do ramo italo-céltico: o indo-europeu.

Essa questão dos empréstimos tem suscitado muitos problemas políticos. Citaremos dois: 1) devido à influência do francês, num dado período histórico em que detinha muito prestígio, houve uma certa prática nas escolas de tirar pontos em redações e trabalhos diversos, sob alegação de que essa ou aquela expressão seria um galicismo; 2) atualmente, como prestígio lingüístico pertence ao inglês, aparecem até políticos indo a universidades e defendendo projetos de lei contra os anglicismos.

Em ambos os casos, trata-se de um nacionalismo equivocado.

Ilustremos com Celso Cunha que nos relata que um estudioso Dr. Castro Lopes (Cunha, 1976: 34) ao repudiar galicismos e anglicismos, sugeriu formações latinas, substitutas de estrangeirismos, considerados “vícios de raça” (*Idem*, p. 34). São os seguintes exemplos: em vez de *reclame* diga-se *preconício*; não diga *meeting*, mas *concião*; ao invés de *turista*, fale *ludâmbulo*; *premagem* é melhor do que *massagem*; *venaplauso*, e não *claque*... O que o Dr. Castro Lopes não viu é que o estrangeirismo veio preencher uma lacuna na comunicação entre os falantes de língua portuguesa.

Outro equívoco lingüístico ocorreu em relação à transplantação do português para o Brasil. Quando ocorreram os descobrimentos dos novos mundos, os colonizadores procuraram impor os seus idiomas nas colônias. Assim, se deu na América, África, Ásia e Oceania. Há falares crioulos na Índia (Goa, Ceilão), na China (Macau); em Timor (uma parte pertence à Indonésia) se solidificou um dialeto não-crioulo da língua portuguesa. Na África, ainda crioulos em Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Não crioulos em *Angola Moçambique, Zanzibar, Mombaça, Melinde, Quiloa*. (Melo, 1967: 128)

Devido a muitas questões históricas, houve uma certa impregnação dos idiomas nativos, submetidos pelos colonizadores. Primeiramente, dá-se o *pidgin*, ou seja, um sistema de comunicação

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bem rudimentar para atender o interesse de pessoas que precisam se comunicar. Em seguida, surgirá um sistema linguístico mais complexo com as novas gerações e a estes se aplica a denominação de dialeto crioulo enquanto grupo *social e cultural inferior da massa falante* (Câmara Jr., s/d: *falares crioulo*). A variedade regional de português no Brasil se caracteriza em estilo, e não em estruturas gramaticais, como se verá abaixo. Por isso, o português no Brasil é um dialeto regional frente ao da Europa. No português brasileiro, o Gladstone aponta, como dialeto crioulo, o *dialeto caipira* (Melo, 1967: 128). É curioso notar que o termo crioulo também designa o negro nascido nas colônias.

Depois do segundo quartel do século, questionou-se no Brasil se o português falado aqui seria o mesmo idioma de Portugal e classificaram o nosso falar de língua brasileira.

É interessante lermos também o comentário de Gladstone (Melo, 1975:19) sobre um artigo de Monteiro Lobato na Revista *D. Casmurro* em 30 de junho de 1938. E destaca desta revista: *Assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.*

A afirmação de Lobato parte do biologismo e evolucionismo linguístico, o que é um método superado. Tem razão Celso Cunha quando afirma que *todos os métodos trouxeram a sua contribuição* ... (Cunha, 1976: 47) Mas o problema, ele continua, mais ou menos assim, são os posicionamentos humanos. Modernamente, tais termos (evolução, família de línguas... - como já se leu acima) continuam sendo empregados nos estudos históricos da língua portuguesa, apesar das restrições. Tais termos surgiram num período cuja moda era generalizar valor científico unicamente a partir do modelo teórico de ciências como a Física, Química e outras.

O que devemos falar é em estilo brasileiro do português, já que o que caracteriza um idioma é a sua primeira articulação quanto à morfologia, no que tange à total semelhança no flexionismo nominal e verbal, mesmo que ocorra alguma diferença como é a de em Portugal se usar acento agudo na primeira pessoa do plural de formas como “amámos” a fim de distingui-la como perfeito indicativo em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

oposição a “amamos”, presente indicativo, ou o plural de “mel” formar em Portugal “meles” e no Brasil “méis”.

Ora, os pronomes são os mesmos e são infundados os argumentos de ataque a José de Alencar, que privilegiou o modo de se falar o português no Brasil quanto à colocação de pronome clítico: “antecipando um ponto de vista atual da ciência linguística a respeito da colocação dos pronomes oblíquos à brasileira” (Carvalho, 2006: 207)

Todos os outros elementos gramaticais, como os conectivos (preposições, conjunções e pronomes relativos), o artigo e numeral, são os mesmos, usados no Brasil e Portugal, às vezes, utilizados de modo diferente, mas essencialmente são os mesmos.

DO LATIM AO PORTUGUÊS

Deu-se o nome de România ao conjunto das regiões dominadas pelo Império Romano: península itálica, as Gálias, a península ibérica, as ilhas mediterrâneas ocidentais, como a Córsega e a Sardenha, região alpina no cantão de Grisões, no Tirol e no Friul, a Dácia e seus arredores nos Bálcãs.

Podemos enumerar dez línguas neolatinas, ou novilatinas, ou românicas, ou ainda latinas: **português** (Portugal, alguns vilarejos da Espanha; o galego é considerado co-dialeto do português, ou seja, não está politicamente subordinado ao português), **catalão** (Catalunha, ilhas Baleares e em Alghero na Sardenha), **espanhol** (Espanha e por alguns judeus espanhóis da Península Balcânica), **italiano** (Itália, Sicília, norte da Córsega, S. Marinho, parte da Suíça meridional da região de Nice, na França), **o francês** (França, parte da Bélgica e Suíça e em Mônaco), **provençal** (sul da França), *que melhor se chama maria ‘occitânico’*, (Melo, 1967: 122), **rético** (cantão dos Grisões e na Suíça), **sardo** (na Sardenha), **dalmático** (falado até 10 de junho de 1868, quando faleceu o último falante) e **o romeno ou valáquio** (na Romênia, na Macedônia (perto do monte Olimpo), na Tessália e alguns outros pontos.

Como sítio de evolução linguística do latim ao português, catalão e espanhol, a Hispânia, ou melhor, a península ibérica foi pro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

víncia romana como resultado das guerras púnicas. Para Cartago, a península ibérica era estratégica como trincheira militar. Por isso mesmo se situaram em Cartagena, onde se organizam para tentar vencer Roma. Só em 197 a.C. a península foi incorporada ao Império Romano. Devido a investida militar dos fenícios, temos substrato fenício: *baía, barro, esquerdo* etc.; são bem anteriores a estes: os celtas, que se instalaram no VIII a.C., daí, *cerveja, gato*; mas aí havia também colônia grega: *farol, guitarra* etc.; é claro que já existiam aí os iberos: *mata, mapa* etc. Podemos afirmar que a dominação romana se instala com o latim vulgar neste conglomerado de povos estrangeiros: regina > reia > rainha > rainha; sinu > senu > seo > seo > seio; arbore > árvore; carbone > carvão.

No século V a Ibéria é invadida pelos bárbaros germânicos: alanos, suevos, visigodos ou godos e vândalos, que, mesmo dominadores, adotaram o latim ibérico como idioma deles, mas deixaram sua marca: norte, sul, leste, oeste.

No século VIII, foi a vez dos árabes. Derrotaram os visigodos, que foram os últimos bárbaros invasores germânicos e predominaram. Agora, sob o jugo sarraceno a população cristã viveu submetida aos princípios islâmicos. Os árabes não abriram mão de sua língua, mas o dominado se adaptou lingüisticamente e passaram a falar um idioma que se denominou aljamia, o romança (qualquer língua românica com graus de evolução latina) dos moçárabes, ou seja, os que se sujeitaram ao domínio da civilização moura, ou árabe, ou ainda maometana; daí, os arabismos: alfaiate, aldeia, oxalá (in sha Allá) – algarismo, califa e outras entram a partir da Idade Média, inclusive em toda a Europa; porém, parte dos vencidos, que se abrigaram nas montanhas das Astúrias, tentaram retomar o terreno perdido.

Um destes feudos formados em vitórias sobre os invasores árabes foi o Condado Portucalense, outorgado a D. Afonso Henrique, que proclamou a independência deste, cuja língua era o galego-português ou português arcaico (do século XII ao XV). Os árabes só abandonaram a Hispânia em 1492.

VOCABULÁRIO DE EMPRÉSTIMOS

A partir das Grandes Navegações. Podemos tomar Luís Vaz de Camões como marco inicial do português moderno. No Renascimento temos neologismos, como grandiloquo, potestade... – apertuguesadas no formato histórico do novo Latim Vulgar, a língua portuguesa, bem como abandono das evoluções históricas, como avon-dança, esmar, por reconduções ao latim: abundância, estimar – tiradas de *abundantia* e *aestimare* / *aestumare*. Do vizinho espanhol, temos: amistoso, bolero, airoso, antanho...

Como resultado das Grandes Navegações: africanismos: an-gu, moleque etc.; asiáticas: azul, bambu etc.

Empréstimos às línguas modernas: do francês: avenida, chefe, trem etc.; inglês: bar, bife, bonde etc.; italiano: confete, grotesco, se-renata etc.; alemão: cobalto, manequim, valsa etc.

Os tupinismos (indianismos) complementam significativa-mente o nosso dicionário português.

VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
DO SÉCULO XIX

Como é o contexto histórico do século XIX? Chegada de D. João VI, 1808: qual o legado deste hóspede português?

Três fatos com D. João VI erguem o Brasil de sua condição de colonizado e subalterno e propiciam à nação brasileira as condi-ções futuras de Independência do Brasil. São elas: o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, o que democratizou instân-cias econômicas e “permitiu a entrada de um bem cultural importan-tíssimo: o livro, cuja importação e impressão eram proibidas durante todo o período colonial” (Carvalho, 2006: 203); a criação de institui-ções educacionais e culturais: como escolas de medicina (uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia), inclusive a Escola de Belas Artes, bibliotecas, imprensa, o Jardim Botânico etc. e uma administração de “preservação da unidade política e territorial do Brasil” (*Idem*, 204).

Em 1824, com D. Pedro I houve a Independência do Brasil (1827: Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo); aparelha-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mento da justiça e com D. Pedro II (1840-1889) ocorre a consolidação da unidade política nacional e inauguram-se o Imperial Colégio Pedro II, a Escola Politécnica e a Biblioteca Nacional. E, já no regime republicano, fundação da Academia Brasileira de Letras, tendo como presidente Machado de Assis (1839-1908)

Nesta época, se acentuam as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, apesar de se registrar uma “relusitanização” da língua portuguesa: “Os 15.000 portugueses que chegam com a Corte contribuem para “relusitanizar” o Rio de Janeiro” (Teyssier, 2001: 96). O fato de o Rio de Janeiro ter abrigado fatos políticos tão importantes historicamente e ser para onde todas as atenções estarão voltadas, o fará modelo para os demais locais do Brasil.

Tais diferenças que já comentamos acima. Em geral, são de ordem **prosódica**: “comeia” (só no Aurélio há apontamento da variante ‘colméia’ e no Vocabulário Ortográfico da ABL). José de Alencar já tinha consciência dessa diferença de pronúncia entre o Brasil e Portugal. Em *Senhora*, IV Quarta Parte: Resgate, III Capítulo, faz a distinção entre a pronúncia, ironizando o fato de o “ó” aberto de senhora ser um defeito, a propósito dos diálogos com mútuos sarcasmos entre Aurélio e Fernando Seixas. A personagem Fernando tratou as outras personagens femininas por “senhóra” e no caso de Aurélia, chamou-a de “senhóra”. Quando Aurélia retrucou este tratamento, Fernando Seixas o diz:

– Essa é, creio eu, a verdadeira pronúncia da palavra; mas nós, os brasileiros, para distinguir da fórmula cortês, a relação do império e domínio, usamos da variante que soa mais forte, e com certa vibração metálica. O súdito diz à soberana, como o servo à sua dona, senhóra. Eu talvez não reflita e confunda. (pág. 158, *Senhora*, ed. Ática)

De ordem **léxica**: boquilha / piteira; combóio / trem; tabaco / fumo; elétrico / bonde; talho / açougue; casa-de-banho / banheiro;apara-lápis/ apontador... **sintática**: são poucas, o que diverge mesmo é a colocação de pronome, emprego de certas preposições.

CONTRIBUIÇÃO DO ROMANTISMO

Gonçalves de Magalhães é o introdutor do Romantismo em 1836, com “Suspiros Poéticos e Saudades”; dá-se a eclosão do Ro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mantismo com a recente independência; daí, o sentimento de nacionalismo e certa lusofobia.

Gonçalves Dias (1823- 1864) na poesia e José de Alencar (1829-1877) na prosa marcaram a língua portuguesa com seu vocabulário literário:

Tupinismos: (4.500 palavras) flora (abacaxi, carnaúba), fauna (araponga, capivara) topônimos (Abaeté = abae - homem, -ete- verdadeiro ou feito; Guanabara, por corruptela de *wa'nã pa'ra* = lagamar ou enseada de rio); antropônimos (Moacir, Ubirajara, Caubi, Irapuã) costumes (moqueca = calderada de peixe); crenças (caipora: caa, mato / pora: habitante de), doenças (catapora = ta'ta: 'sangue' / porá: que salta, irrompe); usos (jacá); no título de poemas ou peças literárias: *I Juca-Pirama (Aquele que há de ser morto)*. Gonçalves Dias escreveu um *Dicionário da Língua Tupi*. Em *O guarani* (=guerrear), de lá temos 'Peri' (junco silvestre), 'Ceci' (magoar, doer), 'tucum' ou 'tucum (palmeira); em *Iracema*, [ira 'mel'ceme 'lábios'], a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da *graúna* (ave de canto mavioso). O favo da *jati* (abelha) não era doce como o seu sorriso". Também aqui os topônimos: Ceará (canto da jandaia); Quixeramobim [qui – ah!, xere- meus, amobinhê – outros tempos]. Eis uma passagem de *Iracema*:

A passagem de Batuireté (de batuire e etê - na linguagem figurada vale por valente nadador), que tornou-se o topônimo Batuireté, de serra e cidade do Ceará, transmitirá o tacape a Jatobá (de jetaí - árvore de resina dura-, oba -folha - e a - aumentativo: árvore de grande porte). E porque Batuireté "dizia com tristeza 'Ah! meus tempos passados!'", Alencar vai indicar a origem de Quixeramobim no capítulo XXII: A gente que o ouvia chorava a ruína do grande chefe, e desde então, passando por aqueles lugares, repetia suas palavras, donde veio chamar-se o rio e os campos, Quixeramobim. (Na nossa edição veio está no singular, pág. 87.)

O aposto *senhor do caminho* para Caubi é explicado por Alencar em nota de rodapé como proveniente de *guara*, *senhor* mais -*py*, *guia*: *O irmão de Iracema tem o ouvido sutil que pressente a boicininga [de bóia, cobra, cininga, chocalho: é a cobra cascável] entre os rumores da mata; e o olhar do oitibó que vê melhor nas trevas. Ele te guiará às margens do rio das garças.*

Numa outra passagem, o nome Irapuã, denotativamente provém de *Ira* (mel) e *puã* (redondo, cf. o formato da colmeia), o que,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

filologicamente, é um princípio estoíco, trazido para os estudos etimológicos latinos por Élio Estilão (fim do século II a.C.) e denominado em grego de *katà antíphrasin*, i.e., *a designação de algo por um nome oposto*, como fez Élio nos seus fragmentos...*bellum quod res bella non sit...*(guerra <em latim, bellum> porque não é uma coisa bela <em latim, bella>). Mas Irapuã não é um pote de mel! Ao contrário, é um amargo rival de Martim.”

Numa passagem de *O Guarani*, de José de Alencar:

Ceci era o nome que o índio dava à sua senhora, depois que lhe tinham ensinado que ela se chamava Cecília. Um dia a menina ouvindo chamar-se assim por ele e achando um pretexto para zangar-se contra o escravo humilde que obedecia ao seu menor gesto, repreendeu-o com aspereza:

– Por que me chamas tu Ceci?

O índio sorriu tristemente.

– Não sabes dizer Cecília?

Peri pronunciou claramente o nome da moça com todas as sílabas; isto era tanto mais admirável quanto a sua língua não conhecia quatro letras, das quais uma era o L. (pág. 108, *O Guarani*, Ática)

Cecília insistiu em saber o significado deste nome. Mas foi em vão. O índio alegou apenas que era o nome que ele, Peri, tinha dentro da alma. Ela só conseguiu o significado depois com D. Antônio, seu pai, que lhe explicou que se tratava de um verbo do tupi que significa magoar, doer...

Há tupinismos também em Castro Alves (1847-1871). Assim, temos ‘boré’ (flauta de bambu), juriti (ave), jaguar (onça pintada) e outros. Olavo Bilac (1865-1918), mesmo sendo representante do Parnasianismo, estilo de época que defendia o tema clássico antigo, escreveu ‘urucu’ (fruto vermelho), ‘tacape’, ‘inúbia’(trombeta de guerra) etc.

Africanismos: são incorporados devido à convivência entre os negros africanos e os brasileiros. Nos românticos existem poucos, o que se deve atribuir à valorização do apenas do índio, já que Castro Alves se situa no fim do Romantismo e é com ele, o Poeta dos Escravos, que se concebe o negro como humano e brasileiro. Assim em Castro Alves há o termo ‘senzala’, em Alencar, ‘samba’. Em Ma-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

chado de Assis, marcadamente do Realismo, temos ‘calundu’ (=mau humor), ‘cochilo’ etc. Em Raimundo Correia (1860-1911), Banzo (=nostalgia) Os africanismos espalharam-se em vários setores, já que a atuação dos escravos era múltipla, e são principalmente de ordem lexical: angu, batuque, berimbau, cachimbo, camundongo, maribondo, molambo, mucama, quitute, quilombo, samba, senzala, vatapá etc. A iotização, *mudança fonética de uma vogal ou consoante para a vogal anterior /i/* (Câmara Jr., [s/d]: *Iotização*), assim, na pronúncia de falar crioulo, temos mulher: /muié/, senhor: /sinhô/ (com feminino analógico /sinhá/) (*Idem*), mas chegou a ocorrer empréstimos de fonemas e de expressões sintáticas.

CONCLUSÃO

Se o Romantismo foi empenho em retirar o literário da esfera dos clássicos antigos no tocante à liberdade de inspiração ou criação ao recusar as suas regras, modelos e normas, embora não conseguisse evitar o discurso erudito, como se lê em Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves etc., o Modernismo envidou esforços em transformar o literário em linguagem popular. Enquanto, no Brasil, o Romantismo incluiu como elemento nacional o indígena em lugar da lenda medieval como em toda Europa, o Modernismo o fez com a exploração de assuntos nacionais, telúricos e do nosso povo – ainda em sua primeira fase, o Modernismo foi bastante enfático quanto ao nosso regionalismo.

Luiz Carlos Lessa escreveu *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa* e, no capítulo *Necessidade da elaboração de uma Gramática brasileira e moderna*, defendeu como aceitável alguns fatos gramaticais errados ocorridos estilisticamente no Modernismo brasileiro, como “na colocação irregular de pronomes oblíquos – inclusive no início de período pela variação átona -, no uso impessoal do verbo ‘ter’ na aceção de ‘existir’, e no emprego da preposição em com verbos de movimento, principalmente chegar”. (p. 175). Sua obra foi escrita em 1966, mas até nossos dias continuamos não os admitindo como língua padrão.

Assim, temos, na atualidade, um estilo brasileiro de língua portuguesa. São os brasileirismos de língua padrão: lexicais – já vimos os tupinismos e africanismos - também há neologismos, como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

belonave; fonológicos: entoação e variantes no sistema de fonemas, por exemplo, a aberta /é/, /ó/ (Portugal) e, no Brasil, fechada: gênero, Antônio; morfológico: a pronúncia 'quere', 3ª do singular, inclusive se escreve com 'e'; colocação de pronome oblíquo (o que gerou grande polêmica com José de Alencar) etc.

Ora, é claro que, devido à distância geográfica e à imposição de que um falar linguístico está sempre em modificação, ou seja, a evolução linguística é incessante, há de existir diferença entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, mas apenas quanto ao que se abordou aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Ática, 1977.
- . *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1992.
- ALI, Said. *Investigações Filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, [s/d.].
- CARVALHO, Castelar. Aspectos lexicais do português do Brasil no século XIX. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, v.1, nº. 31, 1º. sem. de 2006.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LESSA, Luiz Carlos. *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1966.
- MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.
- SILVA NETO, Serafim *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.